



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONSELHO ESTADUAL DOS RECURSOS HÍDRICOS

Ata da 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm e da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi.

Aos 21 dias do mês de setembro de 2022 foi realizada a 19ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, em conjunto à 15ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi, correspondendo à 7ª Reunião conjunta entre ambos conselhos, com início às 09:15 horas, em segunda chamada, no formato virtual pelo link

[https://us06web.zoom.us/j/85883020150?](https://us06web.zoom.us/j/85883020150?pwd=RzBCODB4Q2NVbWM5YXc4V3NKZ3VCQT09)

[pwd=RzBCODB4Q2NVbWM5YXc4V3NKZ3VCQT09](https://us06web.zoom.us/j/85883020150?pwd=RzBCODB4Q2NVbWM5YXc4V3NKZ3VCQT09) ID da reunião: 858 8302 0150 e Senha de acesso: 403666, com registro e controle da presença dos conselheiros e gravação da reunião. Do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMAm, estavam presentes: José Bento da Rocha - Secretário-Executivo do CEMAm e representante da Subsecretaria de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos da SEMAD e João Ricardo Raiser, Suplente; Danilo Flores Oliveira - Suplente, representante da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços - SIC; Renato César de Miranda e Priscilla Estevão, representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio; Germano Augusto Oliveira, representante da Associação Goiana dos Municípios - AGM; Fabio Camargo Ferreira, representante dos Municípios com mais de 200 (duzentos) mil habitantes - Aparecida de Goiânia; Ioav Blanche, representante das entidades empresariais que compõem o fórum empresarial - Federação do Comércio do Estado de Goiás - FECOMÉRCIO; Elaine Lopes Noronha Farinelli - Suplente, representante das entidades empresariais que compõem o fórum empresarial - Federação das Associações Comerciais, Industriais, Empresariais e Agropecuárias do Estado de Goiás - FACIEG; Nicali Bleyer Ferreira

dos Santos, representante das Universidades - Pontifícia Universidade Católica de Goiás; Clarismino Luiz Pereira Junior, representante da Ordem dos Advogados do Brasil no Estado de Goiás - OAB/GO; Ary Soares dos Santos, representante do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Sócio-Ambiental - IDESA - Vaga 1; Júlia de Oliveira Campos, representante da Associação Goiana de Engenharia Florestal - AGEF e Daniela Haun de Araújo Serafim, representante do Ministério Público do Estado de Goiás - MP. Do Conselho Estadual de Recursos Hídricos estavam presentes: João Ricardo Raiser - suplente, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD e Secretário-Executivo do CERHi; José Bento da Rocha, representante da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD; Eduardo Henrique da Cunha, representante da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR; Mário César Guerino - Suplente, representante da Empresa de Saneamento de Goiás - SANEAGO; Antonio Martins Borges Neto, representante da CELG Geração e Transmissão S/A - CELG GT; Germano Augusto Oliveira, representante da Associação Goiana dos Municípios - AGM; Bruno Vicente Marques, representante da Associação dos Irrigantes do Estado de Goiás - IRRIGO; Thiago Castro de Oliveira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás - FAEG; Elaine Lopes Noronha Farinelli - suplente, representante da Federação das Indústrias de Goiás - FIEG; Kleber Teodomiro M. Formiga, representante da Universidade Federal de Goiás - UFG; Marcos Antônio Correntino da Cunha e Jose Vicente Granato de Araujo, suplente, representantes da Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH-GO e Daniela Haun de Araújo Serafim, representante do Ministério Público do Estado de Goiás - MPGO. Como convidados, participaram André Amorim, da SEMAD; Paulo Almeida, da SANEAGO, Juber Henrique Amaral e Ludmilla Taia Borges, do MPGO e Paulo Arthur, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio. Iniciando a reunião, José Bento da Rocha deu boas vindas, agradeceu a presença de todos, confirmou o quórum de ambos os conselhos, apresentou orientações para a realização da reunião conjunta e a pauta: I - Abertura da sessão e verificação do quórum dos dois Conselhos; II - Ordem do dia: ITEM 1 - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte - apresentação da Deliberação nº 021/2022, que define diretrizes para o enfrentamento de risco de escassez hídrica na bacia hidrográfica do rio Meia Ponte. ITEM 2 - Apresentação, discussão e deliberação sobre a minuta da Resolução Conjunta CEMAm e CERHi nº 5/2022, que homologa as

diretrizes para o enfrentamento da situação hídrica da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte em 2022. III - Tribuna livre e IV - Encerramento. Passou para o ITEM 1 - Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte - apresentação da Deliberação nº 021/2022, que define diretrizes para o enfrentamento de risco de escassez hídrica na bacia hidrográfica do rio Meia Ponte. Paulo Almeida, da SANEAGO, fez a apresentação da Deliberação nº 021/2022, procedendo a leitura do texto. José Bento da Rocha destacou que a Deliberação, a partir desse ano, torna-se permanente, dando continuidade e segurança hídrica maior. Que, ao entrar no nível crítico 2, as ações previstas foram tomadas pela SEMAD e que se, completar sete dias com vazão acima de 4000, voltará o nível crítico 1. Kleber Teodomiro M. Formiga sugeriu que, para se ter um planejamento de longo prazo, precisa começar o monitoramento do nível de lençol freático na Bacia, para definir quanto precisa ser o armazenamento de água e definir ações futuras. Ary Soares dos Santos questionou qual seria a vazão mínima possível para abastecer a região metropolitana e também, qual a oferta mínima no período de crise, que pode ser obtida dos sistemas Meia Ponte e João Leite. Que estamos sempre fazendo uma gestão de crise e questionou qual a estratégia para a retenção de águas pluviais. José Bento da Rocha disse, em relação à gestão, está havendo uma crescente melhoria da rede, aquisição de motobombas para monitorar os principais usuários e adoção de uma comunicação direta com usuários. Que há um decreto com obrigatoriedade de a SANEAGO adquirir 200.000 mudas, por ano, para a região, que já foram adquiridas, e outras ações de solo e água na Bacia. Que para um longo prazo, a SANEAGO poderá trazer propostas de reservação de água, infiltração e manutenção da água no lençol freático e a construção de grandes reservatórios. Ioav Blanche disse que o Governo do Estado aprovou o projeto do produtor de água para ajudar nesses momentos de crise hídrica e esse assunto não foi citado na Deliberação. José Bento da Rocha disse que o projeto ainda depende de uma regulamentação para ficar definida a origem do dinheiro, mas que concorda que é necessária uma internalização melhor desse tema. Antonio Martins Borges Neto falou sobre a necessidade de um planejamento a longo prazo para a bacia, com visão de recuperar sua capacidade hídrica. Que, com um monitoramento, haverá possibilidade de compreensão do comportamento da água de superfície e poderão ser implementadas ações para proteger o lençol. Que, depois da crise no setor elétrico em 2001, houve políticas para melhorias

envolvendo os consumidores e sugeriu que ações semelhantes, envolvendo os consumidores da bacia, sejam implementadas, orientando os consumidores a reduzirem o consumo, no período de estiagem. José Bento da Rocha disse que essa situação já está definida no artigo 8º da Deliberação, com a participação do Comitê como articulador, com outras instituições atuando com atividades de orientação, divulgação e reuniões com os setores envolvidos. João Ricardo Raiser disse que a questão da cobrança da água é feita pelo Comitê e os serviços de saneamento da água tratada, acredita que sejam feitos pelas Câmaras Municipais. André Amorim disse que a vazão do rio Meia Ponte está mais confortável que a do ano passado e que os produtores rurais e demais pessoas envolvidas têm colaborado. Que foram adquiridas estações para a melhoria do monitoramento e, quanto ao lençol freático, há também um plano para realizar o monitoramento. Kleber Teodomiro M. Formiga disse que a questão da infiltração é o que interfere na captação e que existe limite de água na bacia e, do ponto de vista de racionamento, não funciona. Que o monitoramento de águas subterrâneas é bem mais tranquilo que o das águas superficiais pois pode ser mensal. José Bento da Rocha disse que o que vai gerar a água é um conjunto de ações como o convencimento do produtor rural a usar sistemas poupadores de água e ações de conservação de solo e água. Que a tarifa de contingência funciona somente para uma parte da sociedade brasileira. Mário César Guerino disse que as ações de gestão têm mostrado um resultado e que a SANEAGO tem feito um monitoramento superficial diretamente e apoiado a SEMAD. Que as campanhas para a população economizar água estão sendo feitas e as ações de recuperação da bacia devem ter seus resultados mensurados. Que a SANEAGO faz a medição e controle das perdas e que outros setores também devem fazer isso. Que a SANEAGO fez um estudo hidrológico e há a indicação para a construção de reservatórios de outra bacia, a de Caldas. André Amorim disse que a SEMAD está trabalhando com um planejamento estratégico e que a evolução do fenômeno seca ocorre na parte centro-sul do Brasil e é muito maior em questão de território e não tem data para finalizar ainda, mas que a SEMAD já está se preparando para as ações do mês de dezembro. Fabio Camargo Ferreira disse que, comparando as ações do início do Comitê com as ações atuais, percebe um avanço pois hoje há um planejamento estratégico e um plano de bacia. Clarismino Luiz Pereira Júnior disse que as ações tem sido em relação a quantidade e que a qualidade da água também precisa ser

considerada e questionou à SANEAGO, como está o nível de tratamento nas estações. Mário César Guerino disse que a SANEAGO divulga aos usuários, informações sobre a qualidade da água e que há preocupação constante com relação a qualidade e também com o custo do tratamento pois quanto mais poluída, maior o custo. Que há também um monitoramento do esgoto e a estação de tratamento está sendo ampliada e isso contribui com a qualidade da água. Em seguida José Bento da Rocha passou para o ITEM 2 - Apresentação, discussão e deliberação sobre a minuta da Resolução Conjunta CEMAm e CERHi nº 5/2022, que homologa as diretrizes para o enfrentamento da situação hídrica da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte em 2022. José Bento da Rocha fez leitura da minuta e procedeu as alterações e revisões solicitadas pelos conselheiros. O texto final da Resolução Conjunta CEMAm e CERHi nº 5/2022, onde ambos Conselhos aprovam a resolução conjunta homologando a Deliberação nº 021/2022, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Meia Ponte foi submetido à votação separadas, primeiro pelo CEMAm e, em seguida, pelo CERHi, sendo aprovado por ambos. Não havendo mais pauta, José Bento da Rocha agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião às 10:55 horas.

Andréa Vulcanis

Presidente do CEMAm
Presidente do CERHi

José Bento da Rocha

Secretário-Executivo do CEMAm

João Ricardo Raiser

Secretário-Executivo do CERHi

Ata aprovada na 26ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHi, em 15 de setembro de 2023.



Referência: Processo
nº 202200017012041



SEI 000035675180